



Qualidade da informação contábil: uma análise da relevância de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras de capital aberto

Resumo

A abrangência que envolve as provisões e passivos contingentes é extensa e seus valores tendem a ser bastante significativos (Balduino & Borba, 2015). Devido a isso, torna-se interessante conhecer em que extensão essas informações alteram a percepção de investidores frente às companhias e suas expectativas de crescimento. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a relevância de provisões e dos passivos contingentes de empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para atingir o objetivo foram analisados os processos relevantes divulgados no Formulário de Referência no período de 2010 a 2019. Foram analisadas 100 companhias, destas, 97 apresentaram valores de provisões e passivos contingentes no período. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. Utilizou-se análise de regressão com dados em painel, através do Modelo de Ohlson (1995), adaptado por Collins *et al.* (1997), tendo como variável dependente o preço das ações e como variáveis independentes as informações contábeis. O valor médio das provisões foi de R\$ 153 milhões distribuído nos 3.704 processos. Já o valor médio dos passivos contingentes, foi de R\$ 3 bilhões, nos 7.126 processos. O ano de 2017 se destacou referente ao valor de provisões, com processos apresentando o montante de R\$ 5,5 bilhões. Os resultados sugeriram que o coeficiente das provisões e passivos contingentes não são significativos, ou seja, não são relevantes para o mercado de capitais. Esses resultados estão alinhados com os achados de Pinto *et al.* (2014), e não corroboram completamente com os achados de Lopes e Reis (2019) e Ferreira *et al.* (2020).

Palavras-chave: Provisões e passivos contingentes; qualidade da informação contábil; relevância; empresas brasileiras.

Linha Temática: Contabilidade financeira



1 Introdução

A contabilidade é a principal fonte de comunicação financeira entre as entidades e seus usuários (Silva *et al.*, 2020). Suas informações devem refletir com precisão a posição financeira e o desempenho da companhia, além de auxiliar no processo decisório (Barth *et al.*, 2008). A informação contábil possui duas características obrigatórias: ser relevante e representar fidedignamente o que propõe representar (CPC, 2019). O CPC 00 (2019) prevê que os valores contábeis são relevantes quando podem influenciar as decisões tomadas pelos usuários, permitindo-lhes avaliar, por exemplo, o impacto de eventos contábeis, como o caso de provisões e passivos contingentes.

Nesse contexto, as empresas estão envolvidas em inúmeros processos judiciais que possuem incertezas associadas a sua natureza. Ao contabilizar um processo como esse, é reconhecida uma provisão ou divulgado um passivo contingente (Balduino & Borba, 2015). A provisão é definida como passivo de prazo ou valor incerto, e é reconhecida no balanço da empresa (CPC, 2009). O passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja existência só é confirmada a partir da ocorrência ou não de eventos futuros incertos que não estão sob controle da entidade (CPC, 2009). Se diferem da provisão por não ser provável ou por não poder ter seu valor mensurado com suficiente confiabilidade. Não são reconhecidos nos demonstrativos, por isso são conhecidos como *off balance sheet*, mas devem ser divulgados nas notas explicativas (Ferreira & Rover, 2019).

A implementação das normas internacionais do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) no Brasil, trouxe discricionariedade nas normas, o que demanda maior julgamento atribuído aos profissionais da contabilidade (Rosa *et al.* 2016). A qualidade da informação contábil pode ser comprometida por falhas no julgamento (Silva *et al.*, 2020), inclusive nas decisões sobre reconhecer uma provisão ou divulgar um passivo contingente, visto que o lucro do período e indicadores financeiros são afetados diretamente por essas decisões (Ferreira & Rover, 2019).

A convergência das normas possibilita a melhoria na qualidade das informações contábeis, devido à confiabilidade e comparabilidade atribuída às demonstrações (Mendes *et al.*, 2020; Silva & Nardi 2014; Silva *et al.*, 2020). Os autores Gonçalves *et al.* (2014) e Silva *et al.* (2019) constataram que a adoção das normas internacionais no Brasil tornou as informações contábeis mais relevantes. Entretanto, Gomes *et al.* (2018) e Silva *et al.* (2020) relatam um excesso de dados não necessariamente relevantes nas notas explicativas, o que pode comprometer a qualidade informacional de passivos contingentes. Logo, para que os valores contábeis sejam úteis para os usuários, dependem da relevância das informações que são divulgadas.

Estudos sobre relevância são chamados de *value relevance*, possuem objetivo de analisar se a informação contábil influencia a tomada de decisão dos investidores através da relação entre o valor da companhia e suas informações (Gonçalves & Lemes, 2018; Pacheco & Rover, 2021). A literatura fornece evidências de que a informação contábil é considerada relevante quando possui correlação com o valor das ações da empresa (Barbosa *et al.*, 2015). Fonseca *et al.* (2019) explicam que “os preços das ações refletem toda e qualquer informação que se torna disponível, e ajustam-se aos riscos e retornos esperados em função desses conjuntos de informações” (p. 49).

A título de exemplo, Tair e Ribeiro (2020) informam em notícia publicada no Valor Econômico que o Banco Central possui R\$ 105 bilhões em provisões e passivos contingentes,



decorrentes de direcionamento de créditos fornecidos a pequenas e médias empresas. Olivon e Simão (2021) apontam que o valor das provisões ajuizadas contra a União passaram de R\$ 681,2 bilhões para R\$ 769,6 bilhões de 2019 para 2020. Essas perdas são, em sua maioria, de processos tributários. O valor excessivo de processos fiscais pode ser explicado, por consequência de um complexo sistema fiscal, com normas excessivas, contraditórias e complicadas (Balduino & Borba, 2015).

Em notícia do Valor Econômico, Azevedo (2020) comunica que a Gafisa fechou o terceiro trimestre de 2020 com um prejuízo de R\$ 56,5 milhões. Desse montante, R\$ 21,3 milhões foram decorrentes de despesas com provisões. Simão (2019) noticia que no terceiro trimestre de 2019, a Petrobras provisionou R\$ 3,6 bilhões em processos trabalhistas, e possuía no período R\$ 3,76 bilhões em passivos contingentes. No terceiro trimestre de 2020, a empresa obteve um prejuízo de R\$ 1,55 bilhões ao reconhecer um passivo contingente de R\$ 1,9 bilhões (Valor Econômico, 2020).

A abrangência que envolve os passivos contingentes é extensa e seus valores tendem a ser bastante significativos (Balduino & Borba, 2015). Os autores argumentam que é muito provável que as empresas possuam passivos contingentes, principalmente, empresas abertas, pois existem diversas transações que requerem essas apropriações. Visto que pouco se sabe a respeito do impacto das provisões e passivos contingentes no preço das ações (Lopes & Reis, 2019), torna-se interessante conhecer em que extensão essas informações alteram a percepção de investidores frente às companhias e suas expectativas de crescimento.

Pinto *et al.* (2014) buscaram identificar se a evidenciação de provisões e passivos contingentes possui correlação com o valor de mercado de empresas brasileiras. Os resultados mostraram que os investidores não consideram como relevante essas informações na tomada de decisão em investimentos nas empresas analisadas. No entanto, Ferreira *et al.* (2020) ao analisar a relevância de provisões e passivos contingentes durante ciclos de contração e expansão econômica, constataram que os investidores optam por empresas com menores valores de contingências. Possivelmente, devido à preocupação com o possível desembolso futuro de caixa.

Diante do exposto, o presente estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: qual a relevância de provisões e dos passivos contingentes de empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3)? O objetivo dessa pesquisa é analisar a relevância de provisões e dos passivos contingentes de empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Este estudo acrescenta na discussão sobre o tema, pois a qualidade da informação contábil está diretamente relacionada aos interesses e decisões dos usuários internos e externos.

O entendimento do efeito dessas informações contribui para todos os participantes do mercado, principalmente para o mercado de capitais na avaliação de riscos e do potencial retorno de investimentos, pois reduz a incerteza e aumenta a eficiência e a rentabilidade das carteiras dos investidores nos mercados financeiros (Takamatsu, 2008). A eficiência do mercado de capitais é de interesse comum, pois ele contribui para o desenvolvimento econômico, incentiva investimentos e promove o desenvolvimento da economia de mercado (Delvizio *et al.* 2020).

Além disso, ao considerar que a qualidade das informações contábeis é um indicador para os reguladores avaliarem a qualidade das normas produzidas (Gonçalves & Lemes, 2018), essa pesquisa pode contribuir para que os reguladores avaliem a efetividade do CPC 25. Estudos anteriores já foram realizados, mas os resultados das referidas pesquisas ainda não são suficientes para afirmar se os valores de provisões e passivos contingentes são relevantes para o mercado de capitais. Dessa forma, este artigo traz novidades a respeito do assunto, pois avalia a relevância de provisões e passivos contingentes no Brasil em um período que pode ser considerado abrangente.



2 Fundamentação teórica

As provisões e passivos contingentes possuem objetivo principal aumentar a pontualidade e transparência no reconhecimento das despesas, portanto fornecem informações significativas que podem desempenhar um papel importante na tomada de decisão (Suer, 2014). Os critérios a serem aplicados na mensuração e reconhecimento de provisões e passivos contingentes estão dispostos no CPC 25 (2009), que está correlacionado com a norma internacional *International Accounting Standard 37* (IAS 37). É previsto que sejam divulgadas nas notas explicativas informações que possibilitem aos usuários a compreensão de sua natureza, oportunidade e valor (CPC, 2009).

O CPC 25 prevê que todas as provisões são contingências, porque são incertas quanto ao seu prazo e valor (CPC, 2009). Dispõe que o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento. Para definir o evento como uma provisão ou passivo contingente, o mesmo é classificado de acordo com sua probabilidade de ocorrência (Tabela 1). As contingências possíveis devem ser divulgadas nas notas explicativas, e as remotas não precisam ser divulgadas pela empresa (CPC, 2009).

Tabela 1. Conceito de passivo, provisões e passivos contingentes

Natureza	Conceito	Chance de perda	Reconhecidos ou divulgados
Passivo	É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.	-	Reconhecido nos demonstrativos
Provisão	É um passivo de prazo ou de valor incerto.	Provável	Reconhecido nos demonstrativos
Passivo Contingente	É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.	Possível e Remota	Divulgados nas notas explicativas

Fonte: Adaptado do CPC 25 (2009).

No entanto, o reconhecimento e a divulgação dessas informações dependem do julgamento do gestor na interpretação da probabilidade de perda (Ferreira & Rover, 2019), que podem priorizar seus próprios interesses ao reconhecer uma provisão ou divulgar um passivo contingente, o que interfere na qualidade da informação contábil (Ribeiro *et al.*, 2013). Os autores Du *et al.* (2019) evidenciaram que avaliações feitas por diferentes usuários, podem levar a diferentes impactos nas demonstrações financeiras.

Lopes e Reis (2019) argumentam que a cultura exerce uma influência significativa no que diz respeito ao reconhecimento de mensuração de provisões e passivos contingentes, o que afeta a



forma que as informações são recebidas pelos usuários, interferindo na qualidade das informações. Balduino e Borba (2015) evidenciaram que o Brasil apresentou maior evidência de valores de provisões e passivos contingentes dentre as empresas estrangeiras que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Silva *et al.* (2019) explicam que o conservadorismo é a preferência dos contadores em reconhecer perdas aos ganhos. Diante disso, Balduino e Borba (2015) identificaram o Brasil como um país conservador na prática de divulgação e reconhecimento de provisões e passivos contingentes. Todavia, os autores Silva *et al.* (2019) constataram uma relação negativa entre a relevância da informação contábil e o conservadorismo para os investidores.

Nesse contexto, esta pesquisa insere-se no escopo da Teoria Positiva da Contabilidade (TPC) (Watts & Zimmerman, 1990), pois busca compreender as decisões do mercado de capitais frente às informações contábeis divulgadas sobre provisões e passivos contingentes (Fonseca *et al.*, 2019). Queiroz e Almeida (2017) explicam que a TPC prevê que “existem incentivos que influenciam as decisões contábeis, pode-se entender que essas influências interferem na Qualidade da Informação Contábil, a qual é pautada pelo julgamento do gestor, permitida pela discricionariedade das leis e normas contábeis” (p. 52).

As pioneiras pesquisas de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) evidenciaram que existe uma correlação entre o valor de mercado das empresas e a informação contábil divulgada. Foi comprovado que os preços das ações se ajustam conforme toda informação relevante disponível. Isso porque se a informação é útil, influencia a percepção dos investidores em relação ao comportamento da economia e do futuro da empresa. Fonseca *et al.* (2019) explicam que para os preços das ações refletirem as informações relevantes, os mercados de capitais precisam ser razoavelmente eficientes.

As pesquisas que buscam investigar a relevância de determinada informação contábil são denominadas de “*value relevance*”. Baseadas no modelo de Ohlson (1995), essas pesquisas buscam analisar se as informações contábeis afetam o preço das ações, para definir se o montante das informações é relevante aos investidores na valoração da empresa (Barth *et al.* 2001). Posteriormente, a pesquisa de Collins *et al.* (1997), recebeu grande destaque por simplificar o modelo original de Ohlson (1995), que foi aplicado nesta pesquisa.

Ao analisarem a relevância de passivos contingentes, Banks e Kinney (1982) e Frost (1991) evidenciaram que as contingências divulgadas nas notas explicativas e no relatório do auditor tiveram um impacto maior sobre os preços das ações do que as apenas divulgadas nas notas. Frost (1991) evidenciou que empresas que divulgaram provisões e passivos contingentes apresentaram um número significativamente menor de retornos anormais, o que pode indicar que essas informações influenciaram a percepção dos usuários.

Ao examinar os efeitos da divulgação de passivos contingentes sobre decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras, Darabi e Faghani (2012) realizaram um questionário no período de 2010 a 2011 entre especialistas em investimentos, corretores do mercado de ações e professores universitários. Os resultados sugerem que os passivos contingentes fazem parte das informações utilizadas nos investimentos, ou seja, a divulgação dessas informações afeta o processo de tomada de decisão.

Rezende *et al.* (2013) examinaram a relação entre o preço das ações e os passivos contingentes de empresas abertas brasileiras listadas em diferentes níveis de governança corporativa de 2006 a 2010. Os resultados indicaram que os valores dos passivos contingentes estavam associados ao preço de mercado das empresas, logo, constataram que as informações sobre passivos contingentes refletiram nas avaliações dos investidores.



Os autores Pinto et al. (2014) investigaram a relevância da evidenciação de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras no período de 2010 a 2013. Concluíram que os investidores não consideraram essas informações relevantes para o processo de tomada de decisão nos investimentos, a pretexto de quanto menor o nível de evidenciação destas informações, maior o valor de mercado das empresas. Esse resultado contraria o que preconiza o CPC (CPC, 2019).

Já Lopes e Reis (2019) avaliaram se existe relação entre as provisões e passivos contingentes divulgados e os preços das ações de empresas de Portugal e do Reino Unido. Seus resultados sugerem que os valores das provisões parecem ter relevância em seu valor, mas os passivos contingentes não se apresentaram relevantes. As autoras evidenciaram que os participantes do mercado seguem diferentes padrões ao evidenciar informações sobre provisões e passivos contingentes. Concluíram que os itens reconhecidos nos demonstrativos possuem maior influência nas decisões dos participantes de mercado, do que itens apenas divulgados.

Ferreira et al. (2020) analisaram a relevância de provisões e passivos contingentes das empresas abertas do setor de energia elétrica durante ciclos econômicos. Evidenciaram que o valor das provisões analisadas isoladamente não é relevante para o mercado de capitais. Já os passivos contingentes se apresentaram relevantes em duas faixas de preços, baixas e altíssimas. Ao analisar os valores combinados com os ciclos econômicos, os resultados indicaram que as informações sobre provisões e passivos contingentes afetam algumas faixas dos preços da ação. Em períodos de contração econômica, quando o preço da ação é baixo ou altíssimo as informações de provisões se apresentaram relevantes para o mercado de capitais. Já as informações sobre passivos contingentes, se apresentam relevantes em todas as faixas de preço, com exceção do preço da ação baixíssimo.

Mendes *et al.* (2020) menciona que há um aumento na demanda da qualidade de informação, pois ela aumenta a eficiência dos investimentos, devido a capacidade de favorecer as decisões dos usuários (Barbosa et al. 2015). Ao considerar o risco atrelado à natureza das provisões e passivos contingentes, nota-se a necessidade de informações sobre esses eventos serem relevantes. Considera-se que a contribuição da pesquisa terá ampla aplicabilidade e avançará o debate sobre o tema, ainda não consolidado.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza, em relação aos objetivos, como descritiva, pois busca evidenciar a qualidade da informação contábil, no caso sua relevância. Segundo Gil (1991) as “pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (p. 25). Para Beuren (2013), descrever poderia significar, no contexto apresentado, identificar, relatar comparar entre outros aspectos.

A abordagem do problema do trabalho é classificada como qualitativa e quantitativa, uma vez que foi realizado tratamento de dados com técnicas estatísticas, a fim de entender a natureza do problema com resultados precisos (Richardson, 2008). Quanto à coleta de dados, a pesquisa é documental, visto que a fonte são Formulários de Referência. Para Gil (1991) a pesquisa documental é realizada a partir de materiais que não receberam tratamento dos dados, e podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

Para atingir o objetivo de verificar a relevância que as provisões e passivos contingentes exercem no mercado, foram analisados os processos relevantes divulgados nos Formulário de Referências, das empresas dos setores consumo não cíclico, utilidade pública, e petróleo, gás e biocombustíveis. A escolha desses setores se justifica pelo estudo de Rosa (2014), que relatou esses



três setores como os que mais divulgam informações a respeito de provisões e passivos contingentes. Foram analisadas 100 companhias, destas, 97 apresentaram valores de provisões e passivos contingentes no período.

O período de análise dos dados corresponde ao espaço temporal de 2010 a 2019. Esse período foi escolhido pois 2010 foi o ano em que se tornou obrigatório, por meio da Instrução CVM 480 (2009) e suas alterações, que as empresas divulguem o Formulário de Referência na B3, e 2019 foi o último ano que existiam informações disponíveis no momento da coleta.

A coleta foi realizada pela internet, no sítio eletrônico da B3. Foi consultado o item do Formulário de Referência 4.3 – Processos judiciais administrativos ou arbitrários não sigilosos e relevantes. Foram coletadas informações relacionadas às provisões e passivos contingentes e categorizado em planilha de Excel as informações sobre os processos: tipo do processo; número do processo; valor; chance de perda; e ano de início.

Vale ressaltar que foi considerada uma informação válida para essa pesquisa somente as informações disponibilizadas dos processos com chance de perda informada. Foram desconsiderados processos com a chance de perda apresentada em porcentagem, pelo motivo de não ser possível definir qual classificação a empresa reconheceu o processo. Os processos classificados como remota/possível/provável, remota/provável e possível/provável não foram considerados para análise, pelo motivo de não ser possível definir esses processos como provisão ou passivo contingente.

A fim de investigar a relevância de determinada informação contábil, buscou-se analisar se as informações contábeis afetam o preço das ações. Para definir se o montante das informações que é relevante aos investidores na valoração da empresa, foi aplicado o modelo de Ohlson (1995), adaptado por Collins et al. (1997). A variável dependente do modelo, o preço da ação, foi definida pelo valor de mercado dividido pela quantidade de ações (VMA). As variáveis de controle patrimônio líquido (PLA) e resultado líquido (RLA), e as variáveis de interesse os valores divulgados pelas empresas das provisões (PROVA) e dos passivos contingentes (CONTA), também foram divididas pela quantidade de ações. A variável dependente e as variáveis de controle foram coletadas na base de dados Economática®. As variáveis de interesse PROVA e CONTA foram coletadas a partir dos Formulários de Referência.

$$VMA_{it} = \alpha_0 + \beta_1 PLA_{it} + \beta_2 RLA_{it} + \beta_3 Prova_{it} + \beta_4 Conta_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que:

α = Intercepto;

β = Coeficiente de inclinação da variável independente;

VMA_{it} = Preço da ação da companhia i três meses após o final do exercício t ;

PLA_{it} = Patrimônio líquido consolidado do final do exercício dividido por número de ações da companhia i para o período t ;

RLA_{it} = Resultado líquido consolidado do final do exercício dividido por número de ações da companhia i para o período t ;

$Prova_{it}$ = Montante de provisões prováveis da companhia dividido por número de ações da companhia i para o período t ;

$Conta_{it}$ = Montante de contingências da companhia dividido por número de ações da companhia i para o período t ;



$ProvPit$ = Montante de provisões prováveis da companhia dividido pelo passivo total da companhia i para o período t ;

$ContPit$ = Montante de contingências da companhia dividido pelo passivo total da companhia i para o período t ;

ε_{it} = Erro.

As variáveis de interesse foram mensuradas, em um segundo modelo, de uma forma diferente. O montante dos valores de provisões e passivos contingentes foram divididos pelo passivo total da empresa, em vez da quantidade de ações. Esse segundo modelo foi acrescentado para dar mais consistência à pesquisa.

Delvizio (2020) sugeriu que seja acrescentado o moderador da liquidez quando realizada análise de relevância da informação contábil. Conforme propõe o autor, testou-se se a liquidez de mercado dividida pela quantidade de ações, a fim de analisar o impacto que esse moderador causa nos resultados.

A análise das equações é realizada por intermédio da abordagem estatística de modelos de regressão para dados em painel. Segundo Fávero (2015), esta abordagem estatística proporciona examinar, para um respectivo fenômeno, as diferenças entre os indivíduos para cada *cross-section* e a evolução temporal para cada indivíduo. O painel proposto é identificado curto e não balanceado. É identificado como curto devido a razão do número de companhias da amostra ultrapassar o número de períodos com divulgação dos dados, e não balanceado pois não existem todas as informações i para os respectivos períodos t . As análises foram implementadas mediante o *software* Stata®, pois de acordo com Fávero (2015) é o *software* mais adequado para análise de dados em painel.

Foram realizados os testes de pressupostos, a fim de verificar a multicolinearidade e normalidade dos dados. A normalidade dos resíduos foi testada pelo teste Shapiro Francia, que de acordo com Fávero (2015), é o teste de normalidade mais indicado para grandes amostras. A multicolinearidade dos dados foi testada a partir de uma medida de correlação não paramétrica medida pelo R^2 de Spearman, através de uma matriz de correlação.

Para identificar o modelo de dados em painel mais adequado à presente pesquisa, foram realizados os testes de Chow, Lagrange Multiplier (LM) de Breusch-Pagan e Hausman. A partir do teste de Chow é possível avaliar a melhor adequação entre o modelo POLS e o modelo de efeitos fixos por intermédio da investigação das mudanças ao longo do tempo para os interceptos (Fávero *et al.*, 2009). O teste LM de Breusch-Pagan permite examinar variância dos resíduos que refletem diferenças individuais, definindo o melhor modelo entre o de POLS ou de efeitos aleatórios. O teste de Hausman proporciona analisar a melhor adequação entre o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios mediante a adequação do modelo de correção dos erros (Fávero *et al.*, 2009).

4 Resultados e Discussões

Por meio da análise de dados foram encontrados 10.830 processos, sendo 7.126 com a classificação remota, possível e remota/possível, e 3.704 classificados como provável. O valor médio das provisões é de R\$ 153 milhões, e o valor médio dos passivos contingentes é de R\$ 3 bilhões. O ano de 2017 se destacou em relação ao montante do valor das provisões, totalizando R\$ 5,5 bilhões.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis preço, lucro líquido, patrimônio líquido, provisões e passivos contingentes por ação, no período de 2010 a 2019. A fim



de garantir resultados mais adequados, foram excluídos os valores do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido que se apresentaram negativos.

Tabela 2. Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Obs	Média	Desvio Padrão	Min	Max
VMA	618	27,48615	77,88626	0,00104	1701
PLA	725	27,91788	104,0519	0	1.280,701
LLA	614	4,759284	25,77426	0	514,9232
PROVA	416	343,1024	6958,979	0	141.937,7
CONTA	633	14,43149	89,68506	0	1.616,588

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar a partir da Tabela 2 que, a média de valor de mercado por ação é semelhante à média do patrimônio líquido por ação. A média do LLA representa 17% da média do PLA. A maior média por ação se refere ao valor das provisões pelas ações (R\$343,1), e seu máximo se apresentou bastante significativo ao considerar que os valores foram divididos pela quantidade de ações. A provisão por ação é a variável de maior variabilidade, o que significa que seus dados estão mais dispersos em torno da média. Vale ressaltar que ao dividir os valores pela quantidade das ações, reduz-se o efeito da escala das variáveis.

A normalidade dos dados foi testada a partir do teste Shapiro Francia, o qual resultou em um *p-value* inferior a 5%. Logo, rejeita-se a hipótese nula, pois houve a violação do pressuposto da normalidade dos dados. Devido a isso, foi utilizada uma medida de correlação não paramétrica medida pelo Rô de Spearman, que é uma alternativa para estimar correlações lineares quando os dados não apresentam normalidade (Cappellesso *et al.*, 2019). Ao analisar a relevância das informações contábeis, os estudos de Cappellesso *et al.* (2019), Gonçalves *et al.* (2014), Lunardi *et al.* (2021), Fonseca *et al.* (2019) e de Silva *et al.* (2014) também apresentaram não normalidade nos dados.

Evidencia-se, com base na Tabela 3, que não há alta correlação entre as variáveis explicativas, o que indica a não existência de problemas de multicolinearidade nos dados analisados, ao considerar que os valores ficam dentro dos parâmetros estabelecidos na literatura (entre 1 e 10) (Lunardi *et al.*, 2021). Pode-se observar que todas as variáveis explicativas possuem correlação positiva e significativa com a variável dependente valor de mercado por ação (VMA). Entretanto, as correlações não foram maiores que 0,8, o que demonstra que não existe forte correlação entre as variáveis independentes (Cappellesso *et al.*, 2019).



Tabela 3. Matriz de correlação de Spearman

Variáveis	VMA	PLA	LLA	PROVA	CONTA
VMA	1				
PLA	0,5718	1			
LLA	0,7134	0,6185	1		
PROVA	0,2777	0,4132	0,3432	1	
CONTA	0,3417	0,4119	0,4023	0,5720	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Pinto et al. (2014), através da correlação de Pearson, que “a evidenciação quantitativa das provisões tem relação significativa e positiva com o lucro por ação (LPA), com o PLPA, com o valor de mercado por ação (VM) e com o tamanho da empresa (TAM), quanto maiores esses valores, maior o montante de provisões registrado” (p. 62).

Baseando-se no teste de Chow, rejeitou a hipótese nula de que os interceptos são iguais para todas as *cross-sections*. A partir do teste Lagrange Multiplier (LM) de Breusch-Pagan, também se rejeitou a hipótese nula, indicando que a variância dos resíduos que refletem diferenças individuais é igual a zero. Logo, rejeita-se a possibilidade da utilização do modelo *pooled* para análise de dados. A fim de definir o melhor modelo de análise de dados, foi realizado o teste de Hausman, o qual apontou que o modelo de correção dos erros é adequado. Com isso, o melhor modelo para análise de dados é o de efeitos aleatórios, cujos resultados estão descritos na Tabela 4.

Tabela 4. Resultado do modelo 1

$VMA_{it} = \alpha_0 + \beta_1 PLA_{it} + \beta_2 LLA_{it} + \beta_3 Prova_{it} + \beta_4 Conta_{it} + \epsilon_{it}$				
Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro padrão	Estatística z	p-value
PLA	0,5407083	0,1170312	4,62	0,000
LLA	2,961896	0,4652006	6,37	0,000
PROVA	5,82e-06	0,0000803	0,07	0,942
CONTA	0,0326272	0,0382225	0,85	0,393
Cons	9,576811	3,085331	3,10	0,002
R² Within	0,3882			
R² Between	0,2487		Wald chi2(4)	125,18
R² Overall	0,3262		Prob > chi2	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa.



Quanto à adequação do modelo, o R^2 within revela que 38,82% da variação do valor de mercado por ação entre 2010 e 2019 pode ser explicado pelo modelo proposto. Além disso, a regressão é significativa como um todo, o p -value da estatística F, o teste Wald χ^2 , demonstra que o conjunto das variáveis explicativas é relevante para explicar o valor de mercado por ação. Percebe-se, a partir da Tabela 4, que as variáveis PLA e LLA se apresentaram significativas e com o sinal positivo, ao nível de 1% de significância, como esperado, o que corrobora com estudos anteriores (Cappellesso *et al.*, 2019; Gonçalves & Lemes, 2018; Gonçalves *et al.*, 2014; Pinto *et al.*, 2014 e Silva *et al.*, 2014). Pode-se concluir que durante esse período no Brasil, o lucro e o patrimônio líquido possuem conteúdo informacional relevante para o mercado de capitais.

Os coeficientes das variáveis explicativas, PROVA e CONTA não apresentaram significância em relação ao preço das ações. Os resultados mostram que ambas não são significativas, ao nível de 5% de significância. Logo, os valores das provisões e dos passivos contingentes não estão relacionados com o valor de mercado das companhias, o que quer dizer que esses valores não são relevantes para investidores no processo de tomada de decisão.

Esses resultados estão alinhados com os achados de Pinto *et al.* (2014), e corroboram parcialmente com os estudos de Ferreira *et al.* (2020) e Lopes e Reis (2019). Ferreira *et al.* (2020), conforme evidenciado nesta pesquisa, não encontraram relevância nas informações sobre provisões. Todavia, os autores evidenciaram relevância nos valores de passivos contingentes, contrário ao encontrado nesta pesquisa. Lopes e Reis (2019) identificaram relevância nas provisões, mas os passivos contingentes não apresentaram relevância em seu valor. Está alinhado com esta pesquisa, apenas a não relevância das provisões.

Para dar mais consistência à pesquisa, foi acrescentado no modelo as variáveis explicativas divididas pelo passivo total da empresa (PROVP e CONTP).

Tabela 5. Resultado do modelo 2

$VMA_{it} = \alpha_0 + \beta_1 PLA_{it} + \beta_2 RLA_{it} + \beta_3 ProvP_{it} + \beta_4 ContP_{it} + \varepsilon_{it}$				
Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro padrão	Estatística z	p-value
PLA	0,5330189	0,1184282	4,5	0,000
LLA	3,236961	0,4820348	6,72	0,000
PROVP	0,002954	0,0180566	0,016	0,870
CONTP	-0,3495468	1,206555	-0,29	0,772
Cons	9,65937	3,192476	3,03	0,002
R^2 Within	0,4079			
R^2 Between	0,2453		Wald $\chi^2(4)$	126,86
R^2 Overall	0,3314		Prob > χ^2	0,0000

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 5 confirmam os resultados apresentados anteriormente, com uma melhoria no poder de explicação da regressão, apresentou R^2 de 40,79%. Esses resultados



corroboram com o estudo de Lopes e Reis (2019), que também encontraram um coeficiente positivo para provisões e negativo para passivos contingentes. Um *p-value* menor para passivos contingentes do que para provisões também foi encontrado no estudo de Ferreira *et al.* (2020), onde foi encontrado relevância apenas em passivos contingentes.

Com base nessas informações pode-se dizer que as provisões e passivos contingentes não são informações relevantes para o mercado de capitais, quando examinadas em conjunto com o patrimônio líquido e lucro líquido. Esses resultados demonstram que os valores divulgados pelas empresas de provisões e passivos contingentes não afetam na tomada de decisão dos investidores, logo, não são relevantes.

Conforme sugerido por Delvizio (2020), foi acrescentando o moderador da liquidez na relação entre as variáveis do modelo de relevância da informação contábil. Os resultados não corroboram o referido estudo. Não foi evidenciado que a liquidez de mercado possui correlação significativa com o preço das ações, ou seja, não foi constatado que a liquidez influencia o valor de mercado das empresas. Logo, pode-se concluir que a inclusão da variável liquidez no modelo, não melhora o poder explicativo.

5 Conclusões

O objetivo desta pesquisa constituiu-se em analisar a relevância de provisões e dos passivos contingentes de empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). A amostra da pesquisa abarcou 97 companhias abertas brasileiras, no período de 2010 a 2019. A escolha da amostra baseou-se no estudo de Rosa (2014), que constatou os setores de consumo não cíclico, utilidade pública, e petróleo, gás e biocombustíveis como os que mais divulgam informações a respeito de provisões e passivos contingentes. Para responder ao problema proposto, realizou-se regressões com os valores de provisões e passivos contingentes como variável explicativa, em conjunto com o patrimônio líquido e lucro líquido como variáveis de controle, tendo como variável dependente o preço das ações.

Os resultados mostraram que as variáveis PROVA e CONTA não apresentaram poder explicativo para o preço das ações, ambas não são significativas, ao nível de 5% de significância. Logo, os valores das provisões e dos passivos contingentes não estão relacionados com o valor de mercado das companhias, o que quer dizer que esses valores não são relevantes para investidores no processo de tomada de decisão. Tais resultados estão alinhados com os achados de Pinto *et al.* (2014), e corroboram parcialmente com os estudos de Ferreira *et al.* (2020), Lopes e Reis (2019) e. Os autores Pinto *et al.* (2014) e Lopes e Reis (2019) argumentam que a não relevância dessas contas pode estar relacionada ao baixo nível de evidenciação de provisões e passivos contingentes das companhias.

No âmbito social, a pesquisa contribui, principalmente, por apresentar evidências aos usuários das informações contábeis. Considera-se que os investidores ao analisar uma empresa, devem avaliar os valores de provisões e passivos contingentes, ao considerar o risco atrelado à natureza desses processos, que podem vir a gerar um desembolso de caixa significativo no futuro. Nesta pesquisa, conclui-se que essas informações divulgadas nos Formulários de Referência não são úteis para os usuários, pois não alteram a percepção de investidores frente às companhias e suas expectativas de crescimento.

Em relação às limitações encontradas neste estudo, a análise ficou limitada à disponibilidade e à qualidade dos dados relativos às informações constantes nas bases de dados consultadas. Pode-se mencionar a presença de dados omissos, os que não estavam disponíveis para



determinada variável e indivíduo. Assim, algumas empresas podem ter apresentado provisões e não ter evidenciado a quantidade de ações, anulando a informação do valor de provisão, o que resulta em uma quantidade menor de observações.

A investigação desta pesquisa justificou-se pela extensa abrangência, complexidade e risco que envolve as provisões e passivos contingentes, e por isso, entende-se como necessário testar se seus valores são relevantes. A partir desse trabalho pode-se compreender a relevância dos valores de provisões e passivos contingentes para o mercado de capitais, avançando o debate sobre o processo de evidenciação e reconhecimento dessas contas. O objetivo foi atendido, tornou-se possível verificar que os valores das provisões e dos passivos contingentes não estão relacionados com o valor de mercado das empresas de capital aberto brasileiras. Para futuras pesquisas, sugere-se investigar a relevância de provisões e passivos contingentes, a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas, analisar os valores dos Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas.

Referências

- Azevedo., R. (2020, novembro 17). Prejuízo da Gafisa sobe de R\$ 1,7 milhão para R\$ 56,5 milhões no 3º tri. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/11/17/prejuizo-da-gafisa-sobe-de-r-17-milhao-para-r-565-milhoes-no-3-tri.ghtml>
- Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>
- Ball R.; Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research, Chicago*, 6(2), 159-178. <https://doi.org/10.2307/2490232>
- Banks, D. W., & Kinney, W. R. (1982). Loss contingency reports and stock prices: An empirical study. *Journal of Accounting Research*, 240-254. <https://doi.org/10.2307/2490773>
- Barbosa S., J., Scherer, L. M., Scarpin, J. E., & Murcia, F. D. R. (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24), 42-55. <https://doi.org/10.11606/rco.v9i24.79534>
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>
- Beaver, W. H. (1968). The information content of annual earnings announcements. *Journal of Accounting Research*, 6, 67-92. <https://doi.org/10.2307/2490070>
- Cappellesso, G., Rocha, L. C. N., & Dantas, J. A. (2019). Value relevance da perda por redução ao valor recuperável do goodwill: evidências das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(3), 102-120. <https://doi.org/10.22561/cvr.v29i3.4276>
- Collins, D. W., Maydew, E. L., & Weiss, I. S. (1997). Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 39-67. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00015-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00015-3)
- Darabi, R., & Faghani, M. (2012). The disclosure effects of contingent liabilities and ambiguities on making decision by users of financial statements. *International Journal of Business and Commerce*, 1(5), 13-31. <http://dx.doi.org/10.2308/bria-52513>
- Delvizio, P. C., Macedo, M. Álvaro da S., Queiroz, J. M., & Lopes, P. S. (2020). Análise do efeito moderador da liquidez no modelo de relevância da informação contábil no Brasil. *Advances in*



- Scientific and Applied Accounting*, 13(2), 067–088. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2020130204>
- Du, N., Stevens, K. T., & McEnroe, J. E. (2011). Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. *Research in Accounting Regulation*, 23(1), 67-70. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2011.03.003>
- International Accounting Standards 37 (2001). Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assets. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets/>
- Fávero, L. P. (2015). *Análise de Dados: Modelos de Regressão com Excel®, Stata® e SPSS®*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ferreira, J. D. S., Rover, S. & Ribeiro A. M. (2020). Relevância das provisões e passivos contingentes das companhias abertas de energia elétrica brasileiras: a influência dos ciclos econômicos. In XIV Anpcont.
- Ferreira, J. S., & Rover, S. (2019). An analysis of the relevant lawsuits in Brazilian companies: characteristics that influence the change in the probability of loss provision and contingent liabilities. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e155596-e155596. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.155596>
- Fonseca, R., da Costa Marques, J. A. V., & dos Santos, O. M. (2019). Relevância da informação contábil: estudo de eventos no setor de petróleo e gás. *Revista Universo Contábil*, 14(1), 46-65. <https://doi.org/10.4270/RUC.2018319>
- Frost, C. A. (1991). Loss contingency reports and stock prices: A replication and extension of Banks and Kinney. *Journal of Accounting Research*, 29(1), 157-169. <https://doi.org/10.2307/2491034>
- Graner, F. (2019, dezembro 27). Processos com risco de perda da União disparam. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/12/27/processos-com-risco-de-perda-da-uniao-disparam.ghtml>
- Gil, A. C (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*: Antônio Carlos Gil. São Paulo: Atlas.
- Gomes, M. C., Ferreira, R. R., & Martins, V. A. (2018). O impacto da OCPC 07 sobre o tamanho e a legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 14(2), <https://doi.org/10.4270/RUC.2018216>
- Gonçalves, J. C., Batista, B. L. L., da Silva Macedo, M. A., & da Costa Marques, J. A. V. (2014). Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 25-43. <https://doi.org/10.4270/RUC.2014318>
- Gonçalves, W. D. B., & Lemes, S. (2018). A Relação dos Gastos com P&D com a Qualidade da Informação Contábil. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(2), 68-95. <https://doi.org/10.22561/cvr.v29i2.3970>
- Lopes, A. I. & Reis, L. (2019). Are provisions and contingent liabilities priced by the market? An exploratory study in Portugal and the UK. *Meditari Accountancy Research*, 27(2), 228-257. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2017-0212>
- Lunardi, M. A., Beuren, I. M., & Klann, R. C. (2021). Efeito moderador da expertise financeira na relação entre o excesso de confiança e a qualidade da evidenciação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 003–021 / 022. <https://doi.org/10.14392/asaa.2021140101>



- Mendes, J. S., Rabêlo, O. da S., Nakamura, W. T., & Sampaio, J. O. (2020). Relação entre IFRS mandatório e criação de valor. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(1), 58-84. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i1.4851>
- Ohlson, J. A. (1995). Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary accounting research*, 11(2), 661-687. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1995.tb00461.x>
- Olivon, B. & Simão, E. (2021, junho 10). Provisão para perdas judiciais cresce mais R\$ 88 bilhões em 2020. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/10/provisao-para-perdas-judiciais-cresce-mais-r-88-bilhoes-em-2020.ghtml>
- Pacheco, J., & Rover, S. (2021). Relevância da natureza dos ativos intangíveis das companhias abertas para o mercado acionário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 16(2), 67-86. <https://doi.org/10.4270/RUC.2020211>
- Por Valor. (2020, outubro 29). *Petrobras tem prejuízo com anistia tributária e despesas financeiras*. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/10/29/o-que-voce-precisa-saber-e-acompanhar-nesta-quinta.ghtml>
- Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. D. S. (2015). Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54-65.
- Ribeiro, A. D. C., Ribeiro, M. D. S., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38-54. <https://doi.org/10.4270/RUC.2013321>
- Pronunciamento Técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25, de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>
- Queiroz, J. M., & de Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos das Hipóteses da Teoria Positiva da Contabilidade na qualidade da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 50-69. <https://doi.org/10.4270/RUC.2017318>
- Rezende, A. J. E., Dalmácio, F. A. Z. O., & Nilsen, F. (2013). The impact of non-accrued contingent liability on the equity market value of Brazilian companies. *African Journal of Business Management*, 7(38), 4011-4025. <https://doi.org/10.5897/AJBM11.69>
- Ribeiro, A. D. C., Ribeiro, M. D. S., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38-54. <https://doi.org/10.4270/RUC.2013321>
- Richardson, R. J. (1991). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.
- Rosa, P. A., Magalhães, R. A., Ferreira, L. F., & Petri, S. M. (2016). Evidenciação dos passivos contingentes tributários: comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil.
- Rosa, C. A. D. (2014). Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129202>
- Simão, E. (2019, novembro 21). Petrobras ganha R\$ 24 bi com MP trabalhista. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/11/21/petrobras-ganha-r-24-bi-com-mp-trabalhista.ghtml>



- Silva, A., Heinzen, C., Klann, R. C., & Lemes, S. (2019). Relação entre o conservadorismo contábil e a relevância das informações. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(3), 502–516. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00040-9](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00040-9)
- Silva, R. L. M. da, & Nardi, P. C. C. (2014). Demonstrações contábeis no Brasil após a adoção do CPC 13: reação do mercado de ações. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(3), 362–385. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2014070303>
- Silva, R. B., Castro, L. A., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2020). Nível de disclosure e forma de apresentação das notas explicativas: um estudo à luz da OCPC 07. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(3), 74-96. <https://doi.org/10.22561/cvr.v31i2.5354>
- Suer, A. Z. (2014). The Recognition of Provisions: Evidence from BIST100 Non-financial Companies. *Procedia Economics and Finance*, 9, 391-401.
- Taiar, E & Ribeiro, A. (2020, junho 24). Novo pacote de crédito para pequena empresa pode liberar R\$ 212 bi. Valor Econômico, Empresas. Recuperado de <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/06/24/novo-pacote-de-credito-para-pequena-empresa-pode-liberar-r-212-bi.ghml>
- Takamatsu, R. T., Lamounier, W. M., & Colauto, R. D. (2008). Impactos da divulgação de prejuízos nos retornos de ações de companhias participantes do Ibovespa. *Revista Universo Contábil*, 4(1), 46-63. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20084>
- Teixeira, C., & Silva, A. F. (2009). The interpretation of verbal probability expressions used in the IAS/IFRS: Some portuguese evidence. *Polytechnical Studies Review*, 7(12), 57-73.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 65(1), 131-156.